

# MST, POLÍTICOS LOCAIS E SINDICATOS

## UMA ETNOGRAFIA DA REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO RIO DE JANEIRO

MARCELO ERNANDEZ MACEDO

**RESUMO** *A partir de uma pesquisa de campo em acampamentos de trabalhadores sem-terra na região norte fluminense, o artigo apresenta três dos principais grupos de representantes políticos das famílias acampadas. Adotando uma perspectiva ao mesmo tempo etnográfica e histórica, discute como a dinâmica da representação política dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro se vem transformando desde a década de 1950.*

**PALAVRAS-CHAVE** *Movimentos sociais; MST; sindicatos de trabalhadores rurais; sociologia rural.*

**ABSTRACT** *Based in a field research conducted in landless encampments in the north of Rio de Janeiro state, the article analyzes three of the most important groups of politics representatives of the encamped families. Adopting a perspective both ethnographic and historical, discusses how the dynamics of political representation of rural workers in Rio de Janeiro has been changing since the 1950s.*

**KEY WORDS** *Social movements; MST; rural workers labor unions; rural sociology.*

### INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

No dia 21 de novembro de 2000, 200 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST–RJ) ocuparam a Fazenda Sertão, localizada no município de Conceição de Macabu, no Rio de Janeiro, e formaram um acampamento, denominado Zé Pureza.<sup>2</sup> O objetivo do grupo de acampados era reivindicar a desapropriação das terras ocupadas para o assentamento de famílias. Quinze dias depois, as famílias foram despejadas, permanecendo acampadas nos dois meses seguintes no assentamento Capelinha, localizado no mesmo

<sup>1</sup> Para preservar a identidade dos informantes, os nomes dos indivíduos citados neste texto são fictícios.

<sup>2</sup> O nome Zé Pureza foi escolhido em homenagem a uma liderança na luta pela terra no Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1960. É costume no MST nomear acampamentos e assentamentos prestando homenagens a lideranças importantes nacionais e internacionais.

3 Utilizarei aqui o termo “acampado”, para designar aquele que mantém barraca para reivindicar uma parcela de terra, e o termo “ocupação”, para designar a entrada de um grupo numeroso de famílias numa área para reivindicar ao Estado a sua desapropriação.

4 Conforme Grynspan, os termos “posseiro” e “grileiro” foram forjados a partir das disputas jurídicas entre pessoas que ocupavam terras e aqueles que se apresentavam à justiça como proprietários dessas áreas ocupadas. Segundo o autor, “posseiro era a categoria utilizada para identificar os diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra em oposição aos grileiros”. Já este último, o grileiro, seria “alguém que se apodera de terras alheias através de documentação falsa” (1987, p. 74-90).

5 Além de organizar movimentos de defesa armada contra as tentativas de despejo, a Falerj organizou ocupações de terra entre 1960-1964. Dentre estas, uma das mais noticiadas pela mídia foi a ocupação do Imbé, no município de Campos, vizinho ao de Conceição de Macabu. Essa ocupação foi liderada por Zé Pureza (ver PUREZA, 1982), o qual veio a ser homenageado pelo MST-RJ na década de 1990, dando nome ao acampamento objeto de estudo desta etnografia.

município. No final de janeiro de 2001, cerca de 100 dessas famílias deslocaram-se para uma estrada de terra que fica em frente à Fazenda Amazonas, localizada no município vizinho de Santa Maria Madalena. Lá montaram um novo acampamento e passaram a reivindicar a desapropriação daquela fazenda. Após um ano acampadas<sup>3</sup> em frente à Fazenda Amazonas, cerca de 60 famílias deslocaram-se para uma estrada de terra que corta a Fazenda Progresso, próximo à BR-101, voltando ao município de Conceição de Macabu, onde se encontravam até o final de 2003.

Entre outubro de 2000 e maio de 2003, acompanhei os acontecimentos relacionados ao acampamento Zé Pureza. Esse trabalho de campo resultou na minha tese de doutorado em ciências sociais (PPCIS-Uerj), uma etnografia desse acampamento. Neste artigo, pretendo apresentar algumas reflexões a partir dos resultados dessa pesquisa. Mais especificamente, centrado na etnografia do acampamento Zé Pureza, pretendo discutir a dinâmica da representação do campesinato no Rio de Janeiro.

No estado do Rio de Janeiro, os movimentos de trabalhadores rurais que reivindicam terras começaram a institucionalizar-se a partir dos últimos anos da década de 1940, em meio ao contexto de disputas entre posseiros e grileiros na Baixada Fluminense.<sup>4</sup> Com a valorização das terras nessa região, os posseiros ali instalados começaram a sofrer ameaças de despejo. Por meio de milícias privadas e/ou ações judiciais, os grileiros tentavam expulsar os posseiros das áreas ocupadas. A partir do incentivo de lideranças do PCB (ou com experiência de socialização política adquirida nesse partido), os posseiros começaram a organizar-se para reagir aos despejos. Data de 1948 a formação do primeiro grupo de trabalhadores rurais fluminenses com esse objetivo: a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu. Em 1959, essas diversas associações fundaram a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj).<sup>5</sup>

A Falerj não exerceu sozinha o trabalho de representação política dos posseiros. Conforme mostra Grynspan (1987), o

período de 1950 a 1964 foi marcado por uma intensa disputa entre instituições e políticos sobre a prerrogativa de representação dos posseiros. As disputas envolvendo políticos e mediadores interessados em representá-los intensificou-se em meados de 1960, quando, após haver rompido com o PCB, o governador Roberto Silveira incentivou a fundação de uma segunda federação de trabalhadores rurais no estado, a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj). Também apoiada pela Federação dos Círculos Operários Fluminense (FCOF), uma entidade ligada a setores da Igreja, a Flerj passou a disputar espaços com a Falerj.

A ditadura militar instaurada em 1964, ao perseguir e impor restrições ao exercício político das lideranças sindicais, obrigou-as a entrar na clandestinidade, diminuindo drasticamente a intensidade das mobilizações a favor das desapropriações. Diversas áreas desapropriadas no estado do Rio de Janeiro foram devolvidas àqueles que o governo militar considerou seus legítimos donos. O argumento mais utilizado foi o de que essas áreas seriam urbanas e, portanto, inadequadas para projetos de assentamentos rurais. A indefinição judicial sobre as disputas de terras na Baixada Fluminense favoreceu a continuidade dos conflitos na região, que permaneceu sendo o principal espaço dos conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro até o início da década de 1970 (ALENTEJANO, 2003, p. 132).<sup>6</sup>

Algumas áreas que tiveram suas desapropriações revistas durante o regime militar voltaram a ser ocupadas durante a década de 1980. Também foram abertas novas frentes na Baixada Fluminense, com a ocupação de áreas que ainda não haviam sido objeto de disputas em períodos anteriores. Ao lado do cenário de abertura democrática, a eleição de Brizola para o governo estadual em 1982 favoreceu o crescimento das mobilizações para a reivindicação de terras. A primeira administração Brizola teria sido marcada pela reaproximação entre o governo estadual e os órgãos de representação dos trabalhadores (MENEZES, 1991, p. 123).

6 Como observa Alentejano (2003, p. 132), durante a década de 1970, os principais conflitos agrários ocorreram na baía da ilha Grande e na região dos Lagos, ambos decorrentes da especulação imobiliária derivada da expansão da indústria do turismo e das casas de veraneio.

As ocupações e a reação aos grileiros na década de 1980 foram organizadas por diferentes tipos de atores, mas, segundo Menezes, foram iniciadas a partir do retorno das antigas lideranças de antes de 1964, que, a partir de 1978-1979, começaram a mobilizar-se novamente, como é o caso de José Pureza.<sup>7</sup> Algumas das lideranças do período pré-1964 passaram a compor os quadros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ainda durante o regime militar, parte delas vindo a obter cargos no primeiro governo Brizola.

7 Após sair da prisão em Pernambuco, José Pureza retornou ao Rio de Janeiro em 1979 e começou a mobilizar grupos na região dos Lagos.

As antigas lideranças incentivaram a organização dos chamados mutirões, nome dado na época aos grupos que se organizavam para ocupar terras na Baixada Fluminense. A origem dos mutirões teria ocorrido em Duque de Caxias, ainda na década de 1970, quando uma liderança do período pré-1964 resolveu voltar à região para examinar como estava sendo utilizado o terreno do qual fora expulso em 1964. Ao constatar que a área, em domínio do Exército, estava inutilizada, promoveu reuniões a fim de reunir famílias para reocupá-la (Morro Grande). Como o número de famílias que participou dessa primeira ocupação era maior que o número de lotes disponíveis e ainda surgiram mais famílias interessadas em participar de ação desse tipo, foi organizada em 1981 uma segunda ocupação: a do Parque Estoril. A ocupação de outras áreas na década de 1980 quase sempre decorria da impossibilidade de abrigar todas as famílias em cada uma das áreas que eram ocupadas. Dando continuidade a esse processo, ocorreram novas ocupações na Baixada Fluminense, como as de Campo Alegre (Nova Iguaçu, 1984), Boa Esperança (Nova Iguaçu, 1985), Vitória da União (Paracambi, 1985) e Sol da Manhã (Itaguaí, 1986) (MENEZES, 1991, p. 125-128).

O primeiro assentamento de trabalhadores rurais em Conceição de Macabu, município do norte fluminense onde foi montado o acampamento Zé Pureza – objeto deste artigo –, data de 1989, ocorrendo, portanto, antes do fechamento da Usina Victor Sense, a qual se constituía na principal fonte de empregos e renda do município. Na verdade, o processo que originou o

assentamento São Domingos nada tem a ver com as dificuldades pelas quais passava a usina. O assentamento São Domingos foi resultado de uma contrapartida do governo do estado do Rio de Janeiro a famílias que ocuparam a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1986, localizada no então município de Itaguaí (hoje Seropédica), na Baixada Fluminense. Despejadas cinco dias depois dessa ocupação, as famílias deslocaram-se para o Chaperó, uma localidade no mesmo município. Houve, então, um acordo entre o governo do estado e os acampados para o assentamento das famílias em alguma área pública – a ser escolhida por uma comissão dos acampados – dentre 17 opções oferecidas pelo governador em exercício Leonel Brizola. A área escolhida pela comissão foi uma fazenda pertencente à então Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), em Conceição Macabu.

O assentamento São Domingos possuía, em abril de 2002, 137 lotes. Segundo o assentado Frederico, as famílias de Itaguaí teriam fracionado seus lotes com moradores antigos da fazenda e com outras famílias locais. Por serem consideradas “faveladas” pelos nativos de Conceição de Macabu – já que a localidade de Chaperó era reconhecida como uma favela –, as 59 famílias de Itaguaí demoraram a ser aceitas na cidade. Hoje, esse estigma já teria sido superado. Medeiros et al. (2002, p. 188) destacam que a coesão na organização dos assentados de São Domingos constituiu uma referência para a retomada das ações do MST na década de 1990. Esse assentamento teria servido de apoio para diversas ocupações realizadas nas regiões dos Lagos e norte do Rio de Janeiro, como a da Fazenda Capelinha (1996), em Conceição de Macabu, que originou o assentamento de mesmo nome.

A partir de 1993, devido ao contexto de falência de usinas no norte fluminense, no qual foram identificadas várias áreas que poderiam ser consideradas improdutivas e um enorme contingente de trabalhadores desempregados, o MST-RJ definiu essa região como prioritária para ação. A ocupação da Fazenda

8 Em 1997, no município vizinho de Campos, 800 famílias ocuparam as terras da Usina São João, para formar o acampamento Zumbi dos Palmares. Em 1999, 150 famílias ocuparam as terras da Fazenda do Sol, também em Campos. Em 2000, o alvo das ocupações foi o complexo de usinas Cambahyba, onde foi montado o acampamento Oziel Alves, com cerca de 300 famílias. Nesse mesmo ano, cerca de 200 famílias (a maioria delas de extralheiros da Usina Victor Sense) ocuparam a Fazenda Sertão, em Conceição de Macabu. Essas não foram as únicas ocupações ocorridas na região canavieira de Campos nesse período. No ano 2000, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do governo federal responsável por gerenciar sua política agrária, contabilizava 860 famílias acampadas em todo o estado do Rio de Janeiro, e 72% delas encontravam-se no norte fluminense.

9 Atualmente, grande parte da renda do município de Conceição de Macabu é gerada pelo trabalho nas plataformas de petróleo de Macaé, principal responsável por movimentar o comércio local. Pode-se dizer que a cidade é um dormitório para aqueles que trabalham nas plataformas. Nas grandes fazendas, onde outrora se encontrava café ou cana de açúcar, hoje existem pasto ou mato. A pecuária extensiva constitui a principal atividade rural, o leite é recolhido diariamente por uma cooperativa do município.

Capelinha foi uma das primeiras investidas do MST na região norte fluminense. Diante da falência da Usina Victor Sense, a qual resultou em desemprego para centenas de trabalhadores da cana de açúcar que habitavam a microrregião, e do estímulo de lideranças de São Domingos, cerca de 200 famílias ocuparam a Fazenda Capelinha, pertencente à usina em 1996. Na verdade, já havia sido feita uma primeira ocupação alguns meses antes, mas as famílias haviam sido despejadas. Nessa segunda tentativa, após ficarem acampadas cerca de um ano, obteve-se a desapropriação da fazenda e o assentamento de 139 famílias.

O assentamento Capelinha foi a primeira conquista do MST no norte fluminense e estimulou sua atuação nessa região. Depois dessa primeira conquista, foram realizadas várias ocupações na região, principalmente no município de Campos.<sup>8</sup> Apesar disso, do mesmo modo que ocorreu em relação aos primeiros anos do assentamento São Domingos, as famílias de Capelinha vêm encontrando dificuldades para obter legitimidade na população local. Os proprietários da região criticam os assentados por considerarem sua produtividade muito baixa e costumam citar o assentamento como um argumento contra a desapropriação de terras na região. Dentre as explicações oferecidas pelos moradores da cidade para a suposta baixa produtividade do assentamento Capelinha, as quais sempre contêm um caráter acusatório, estão a falta de preparo técnico dos assentados (acostumados ao trabalho exclusivo com cana de açúcar), a má utilização dos financiamentos pelos assentados e as características do solo (maltratado por muitos anos de monocultura da cana de açúcar).

Portanto, é nesse contexto específico, altamente complexo, por um lado marcado pela referência positiva constituída pelo assentamento São Domingos e por outro pelo suposto “fracasso” de Capelinha, que ocorreram os conflitos agrários que serão objeto de análise neste trabalho.<sup>9</sup>

## O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA DO RIO DE JANEIRO (MST–RJ)

Em sua dissertação de mestrado, que estuda o caso da formação do *mutirão* na Fazenda Boa Esperança, Heloísa Menezes descreve o processo de formação do MST no Rio de Janeiro. A autora afirma que o MST teve uma participação limitada no estado durante a década de 1980. Nesse período, no qual ainda se estava implantando no país, o Movimento se teria restringido a enviar representantes de outros estados para as ocupações, não vindo a ter um papel social relevante. É dessa década uma tentativa de formação de um grupo no Rio de Janeiro. O MST–RJ teria sido composto no início por lideranças camponesas do pré-1964, membros da CPT e técnicos da Emater (MENEZES, 1991, p. 172).

Outro autor sugere que essa participação não teria sido tão restrita. Segundo Bernardo M. Fernandes, o Movimento teria participado da organização das famílias e dos processos de negociação com representantes governamentais em diversas disputas. A implantação do MST no Rio de Janeiro teria ocorrido a partir de 1984, quando militantes paranaenses e gaúchos, ao visitarem o mutirão Campo Alegre, teriam mobilizado duas lideranças para participar do 1º Congresso Nacional do MST, de outubro de 1984. Essas lideranças teriam retornado do encontro com o objetivo de implantar o MST no Rio de Janeiro (FERNANDES, 2000, p. 145-147).

Fernandes (2000, p. 146-147) aponta duas razões para a dissolução do MST no Rio de Janeiro em 1987. Em primeiro lugar, o Movimento não teria “princiado nenhum grupo de famílias”, atuando apenas no apoio às lideranças que organizavam os mutirões. Em segundo, o princípio de autonomia política do MST não teria sido respeitado, na medida em que as lideranças dos mutirões teriam mantido uma relação de dependência com o governador Brizola, submetendo-se aos interesses do

10 Essa dependência também é apontada por Novicki (1992) e Menezes (1991). Ambos ressaltam o fato de que lideranças dos mutirões participaram do primeiro governo Brizola.

governo estadual.<sup>10</sup> A primeira razão sugere que, assim como ocorrera no período pré-1964, também teriam havido disputas entre mediadores pela prerrogativa de representar as famílias participantes das ocupações na década de 1980. Tudo indica que o MST-RJ não encontrou espaços políticos suficientes para institucionalizar-se nesse período.

Em 1993, o MST-RJ retomou suas atividades. Esse recomeço ocorreu por meio da articulação entre as novas lideranças formadas na década de 1980 e representantes do Movimento no Sul do país enviados ao Rio de Janeiro. De acordo com uma das lideranças da época, a retomada do MST no estado teve início quando a Comissão de Assentados (grupo de líderes dos assentamentos da Baixada Fluminense, que contava com membros da CPT) percebeu a necessidade de se articular as “lutas” no Rio de Janeiro com outras espalhadas pelo Brasil. Essa comissão solicitou, então, à Secretaria Nacional do MST que enviasse um representante para recriar o Movimento no estado. Foi a partir da chegada em 1993 de Azulzinho, militante do Paraná, que o Movimento começou a se articular novamente no Rio de Janeiro.<sup>11</sup> Em 1996, chegaram mais três militantes do Sul e, no final daquele ano, a CUT concedeu uma pequena sala para a instalação da Secretaria Estadual do MST-RJ. Naquele mesmo ano de 1996, o MST-RJ realizou uma primeira ocupação de terras na região norte do estado, na Fazenda Capelinha, em Conceição de Macabu.

Em meados da década de 1990, já não existiam mais tantos espaços a serem ocupados na Baixada Fluminense, mas, com a falência das usinas de cana de açúcar no norte do estado, o MST-RJ encontrou uma nova região para atuar. Mesmo dividido em quatro regionais (sul, baixada, lagos e norte), é para o norte do estado que se voltaram as atenções do Movimento. Durante a segunda metade dos anos 1990 e o início da década de 2000, ocorreram diversas ocupações nessa região, das quais resultaram alguns assentamentos. Em meados de 2001, dos 9 acampamentos

11 O trabalho de Fernandes (2000, p. 147) confirma essas informações obtidas com um militante do MST-RJ que participou dessa segunda tentativa de implantação.

coordenados pelo MST no Rio de Janeiro, 5 estavam localizados no norte fluminense. Dos 14 assentamentos criados no estado entre 1995 e 2003, um terço localiza-se no município de Campos (ALENTEJANO, 2003, p. 228), onde está concentrada a maioria dos seus militantes.

Utilizando como critérios de diferenciação a idade (relacionada ao contexto de socialização política), o nível de escolaridade (indicativa do nível de renda) e a origem geográfica (indicativa do contexto social), pode-se dizer que a militância no MST-RJ reúne atualmente grupos bastante diferenciados. O caso do acampamento Zé Pureza é interessante para observar como as diferenças entre esses grupos produzem resultados distintos para a dinâmica da representação política do campesinato fluminense.

Durante o período estudado, o acampamento Zé Pureza teve dois militantes coordenadores. No primeiro ano de acampamento, o grupo foi coordenado por Salgado, um jovem militante com cerca de 25 anos. A família de Salgado é oriunda do município de Casemiro de Abreu, mas deslocou-se para Conceição de Macabu há alguns anos. Seu pai, já falecido, era um agricultor. Salgado não chegou a completar o ensino fundamental e morou com a mãe até vir a ser coordenador do acampamento. Estava ligado ao MST-RJ havia alguns anos – esteve afastado durante um período, antes da ocupação da fazenda Sertão – e essa não foi a sua primeira experiência como coordenador de acampamento. De qualquer modo, ele pode ser considerado um militante ainda inexperiente quando comparado aos seus pares.

Desde meados de 2001, após alguns meses de acampamento na Fazenda Amazonas, Salgado passou a ser bastante criticado pelos acampados. A principal crítica que recaía sobre ele era a respeito de seu estilo centralizador. Os acampados alegavam que ele tomava as decisões sozinho, sem consultá-los. Era acusado também de mentir para os acampados para obter recursos financeiros ou a aceitação do grupo em questões polêmicas. Suas constantes saídas do acampamento para a participação em

outras atividades do Movimento também não eram bem-vistas pelo grupo. Sem que se possa explicar o motivo, aproximou-se dos acampados oriundos de Itaboraí, o que contribuiu para denegrir sua imagem com os grupos de Conceição de Macabu. No final de 2001, após sua saída do acampamento, as críticas a ele passaram a ser abertas.

Após a saída de Salgado, Aílton foi convocado para participar do acampamento. Aílton é um militante do Sul, assentado no estado de Santa Catarina. É casado e tem cerca de 35 anos. Aílton deixava transparecer a imagem de um militante experiente e responsável. O esforço de reorganização do grupo para realizar as tarefas do acampamento e o incentivo às manifestações públicas que reivindicassem o assentamento das famílias (por exemplo, o fechamento da BR-101 no início de 2002) indicaram mais disposição ao trabalho de *formação política*<sup>12</sup> entre os acampados, quando comparado ao seu antecessor na coordenação do acampamento. Assim como outros militantes do Sul, Aílton teve dificuldades em compreender as particularidades do trabalhador da cana de açúcar e, por isso, teve dificuldades para gerenciar as divergências com aqueles adeptos da flexibilização das regras de convivência acordadas dentro do grupo. Saiu do acampamento para ter o primeiro filho no Sul do país. Após retornar de Santa Catarina, Aílton passou a morar e exercer atividades do MST-RJ na cidade do Rio de Janeiro.

As diferenças entre os perfis dos dois coordenadores do acampamento Zé Pureza tiveram como efeitos diferentes tipos de relações com os acampados. Se na gestão de Salgado o controle sobre a aplicação das regras de convivência era mais flexível, com a entrada de Aílton esse controle passou a ser mais rígido, o que aumentou os conflitos entre os que dormiam todas as noites no acampamento e aqueles que só o faziam de vez em quando (os chamados *andorinhas*). Nessa segunda gestão, foi intensificada a mobilização para ações reivindicatórias. A partir da entrada de Aílton, aumentou a participação dos acampados do Zé Pureza em manifestações públicas.

12 Utilizado no âmbito do MST, o termo *formação política* diz respeito à educação sobre as diretrizes políticas do Movimento.

Assim, o caso estudado indica que a diversidade de perfis sociais que a militância no MST–RJ reúne atualmente, ao mesmo tempo que favorece a ampliação da socialização política dos participantes ao reunir diversas experiências, tende a gerar contradições no processo de organização das famílias, na medida em que os militantes têm dificuldades para administrar as divergências inerentes à própria diversidade. Socializados em contextos diversos, os militantes adotam práticas e discursos também diversos, o que em alguns casos pode contribuir para o aumento dos conflitos nos acampamentos e instituições que os organizam.<sup>13</sup>

## OS POLÍTICOS LOCAIS

No caso do acampamento Zé Pureza, o poder político local esteve representado principalmente pelo promotor público Carlos; pelo procurador João, que ocupava um cargo de confiança na Prefeitura de Conceição de Macabu, constituindo-se o principal representante do então prefeito Clóvis Santos; e pelo assentado Frederico, também nomeado pelo prefeito para um cargo de confiança e pré-candidato a vereador nas eleições de 2004. Vejamos agora em que contexto esses agentes estiveram inseridos, qual a dinâmica da política local em relação às questões agrárias e que outros personagens se tornaram relevantes para essa dinâmica.

Ao contrário do que é mais comum nos pequenos municípios – onde os jovens promotores designados não permanecem por muito tempo, logo se transferindo para as capitais –, o promotor público de Conceição de Macabu (Carlos) decidiu fixar-se ali e, antes da formação do acampamento Zé Pureza, já vinha atuando de forma preventiva nos conflitos sociais. Por meio da promoção de debates públicos e da concessão de conselhos à população e aos órgãos competentes, o promotor procurava antecipar-se aos conflitos e crimes. Durante um certo tempo, esses conselhos foram dados por meio de um programa de rádio que debatia os

13 Ao longo de minha pesquisa, reuni diversos depoimentos de militantes e outros casos semelhantes ao do Zé Pureza, que confirmam as indicações desse parágrafo. Não obstante, seriam necessários outros estudos etnográficos para que pudéssemos confirmar essas indicações.

temas locais mais controversos (direitos trabalhistas, questões ecológicas etc.). O programa de Carlos tinha elevados índices de audiência e sua imagem logo ganhou a simpatia de setores populares do município. Segundo ele, logo que o programa acabava, formava-se uma enorme fila na promotoria pública com pessoas interessadas em apresentar denúncias sobre questões relativas ao tema discutido naquele dia. Tanto pelo excesso de trabalho como pelas ameaças que passou a receber, o promotor foi obrigado a suspender o programa de rádio. Mesmo sem ter a mesma visibilidade que num passado recente, Carlos continuou tentando antecipar-se aos conflitos sociais, como ocorreu no episódio do despejo da Fazenda Progresso, no qual ele emitiu parecer jurídico sobre o caso antes mesmo que o juiz local lhe fizesse a solicitação.

Para apresentar outros atores políticos locais, vale resumir a trajetória recente de conflitos agrários em Conceição de Macabu. Essa trajetória começou com a implantação do assentamento São Domingos,<sup>14</sup> em 1989, e teve continuidade quando ocorreu a ocupação da Fazenda Capelinha em 1996. Essa ocupação resultou na primeira conquista do MST na região norte fluminense: o assentamento Capelinha. Nesse processo, destacou-se o militante Frederico, um dos principais líderes do assentamento São Domingos, que veio a tornar-se um importante protagonista das atuais disputas de poder locais.

Frederico atuava como agente pastoral em Itaguaí, quando, numa das reuniões com os outros membros da Igreja, um padre solicitou que o grupo oferecesse apoio às famílias que haviam ocupado a Universidade Rural e que seriam despejadas no dia seguinte. Frederico relatou que, por meio de pedidos de férias e licenças temporárias, aos poucos se desligou do emprego numa empresa de tecidos para se unir ao grupo de acampados. Ele participou da comissão de acampados que escolheu esse município para sede do assentamento, que abrigaria as famílias oriundas de Itaguaí. Depois de assentado, Frederico foi eleito vereador pelo PT, exercendo mandato entre 1997 e 2000.

14 O assentamento São Domingos foi resultado de uma ocupação de terras na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Itaguaí, em 1986, ainda no primeiro governo Brizola. Após serem despejados, ficaram acampados numa localidade conhecida como Chaperó, na Baixada Fluminense, até que, já no governo Moreira Franco, foram assentados em Conceição de Macabu. Para saber mais sobre esse assentamento, ver Medeiros et al. (2002).

A experiência como representante na Câmara Municipal foi decepcionante para Frederico, pois, segundo ele, os vereadores – a maioria ligada aos fazendeiros – utilizariam a máquina pública em favor próprio e de seus aliados. Reclamou ter sido muito “podado” em suas propostas, citando como exemplo a trajetória de um projeto de sua autoria que isentava de impostos os pequenos produtores. Após ter sido votado na Câmara Municipal, o projeto foi vetado pelo prefeito. Mas, segundo ele, se a situação dos acampamentos e assentamentos já era ruim na época em que ele era vereador, teria piorado na ausência de um representante dos trabalhadores rurais na Câmara Municipal. Devido à multiplicação de candidatos dentro dos acampamentos e assentamentos, nenhum representante desse grupo político foi eleito no pleito de 2000.

Frederico manteve-se influente no jogo de forças políticas local. Durante o período em que acompanhei o acampamento Zé Pureza, observei que, além de trabalhar em sua própria parcela no assentamento São Domingos, Frederico ocupava um cargo comissionado na Prefeitura de Conceição de Macabu. Segundo ele, desde antes de ser eleito, quando era apenas um comerciante de materiais de construção, o atual prefeito Clóvis Santos (PSB) já apoiava os assentados vendendo-lhes os produtos de sua loja a crédito. Um funcionário da Prefeitura afirmou que já estava decidido pelo grupo político que apoia o prefeito que Frederico seria lançado como candidato da situação à vereança nas eleições municipais de 2004.

Por meio de sua rede de relações políticas, Frederico ofereceu auxílio ao acampamento Zé Pureza desde o período da mobilização das famílias. Mesmo havendo dois outros acampados que trabalhavam na Prefeitura, Frederico foi o principal elo entre essa instituição e o acampamento. Ele utilizou sua influência com o prefeito para favorecer os acampados em diversas ocasiões. De acordo com relatos de acampados, certa vez foi ao acampamento com a secretária de Bem-Estar Social do município para fazer uma doação, ato precedido de um discurso político.

Frederico fez parte da Comissão de Assentados, que, em 1992, solicitou ao MST a presença de *militantes* do Sul para a reorganização do Movimento no estado do Rio de Janeiro. Mesmo considerando a si próprio como um *sem-terra*, seu prestígio com os acampados não esteve ligado a essa instituição, mas sim a sua figura de líder político que defendeu os acampados. Era mais reconhecido entre os acampados como um líder do assentamento São Domingos e como um organizador experiente de acampamentos do que como um *militante* do MST. Como ex-vereador e funcionário da Prefeitura, era visto como uma pessoa influente na política local.

Ao discordar da estratégia de ocupações adotada pelos acampados quando estes decidiram ir para a Fazenda Amazonas, Frederico entrou em conflito com militantes do MST-RJ. O ex-vereador acreditava que as famílias deveriam ter entrado na fazenda, em vez de usar a estratégia de ocupar espaços vicinais para fugir da Medida Provisória (MP) que impede a vistoria por dois anos em terras ocupadas. Defendia que a ocupação seguinte – que veio a ser a da Fazenda Progresso – deveria ignorar a MP. Os sinais dessa divergência, pelo lado dos *militantes*, se manifestaram na forma de acusações a Frederico, no sentido de que este estaria traíndo o Movimento. Segundo um dos militantes do MST, para impedir o deslocamento de parte do grupo acampado no Zé Pureza para Campos, Frederico teria informado ao dono da fazenda que a ocupação desta seria realizada em breve. Acredito ser muito pouco provável que Frederico tenha feito essa denúncia. É provável que essas acusações tenham surgido devido a ele ter tentado aproveitar o vácuo deixado pelo MST-RJ após a saída de Salgado para tomar as rédeas do processo. No final de 2001, após a saída do coordenador Salgado (seu desafeto) e de parte dos acampados para Campos, Frederico tentou trazer para si a prerrogativa de mediador principal – coordenador das decisões sobre os rumos do acampamento. Após a chegada de Aílton e a instalação do acampamento na estrada que corta a Fazenda Progresso, Frederico afastou-se novamente do centro

das decisões. Independentemente da veracidade das acusações de parte a parte, pareceram evidentes a importância da sua atuação como representante político e os contornos da disputa política com os *militantes* do MST-RJ. Tanto Frederico (apoiado pelo prefeito) como os *militantes* do MST-RJ não pretenderam abrir mão da colheita dos frutos políticos de uma possível vitória dos acampados.

O prefeito Clóvis Santos era membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido que governou o estado do Rio de Janeiro durante o período estudado. Clóvis foi eleito em uma coligação que envolveu o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), partido do então presidente da República. Nessa coligação foi também eleita a vereadora Carla (PSDB), uma das herdeiras da Fazenda Amazonas, ocupada pelos acampados do Zé Pureza em janeiro de 2001. Na eleição para prefeito, Clóvis obteve grande votação em São Domingos, enquanto em Capelinha (assentamento do MST no município) ele teve que disputar o apoio dos assentados com seu concorrente do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim como seus principais secretários e auxiliares, Clóvis Santos é um grande proprietário de terras do município. Seu braço direito e também proprietário, o procurador João Mello, disse em entrevista que o fato de a base de apoio do prefeito ser formada por grandes proprietários não constituiria uma contradição ao apoio que ele dava à “reforma agrária”, pois esta seria uma demanda social que trazia benefícios para a economia do município.

A atuação da Prefeitura de Conceição de Macabu poderia sugerir, num primeiro olhar, um apoio incondicional aos acampados. Seja por meio das doações de alimentos, da concessão de ônibus para transporte dos acampados, da construção de uma ponte que facilitou o acesso ao acampamento na Fazenda Progresso ou da atuação da sua procuradoria por meio da concessão de pareceres contra os despejos, o então prefeito do PSB mostrou-se solícito aos apelos dos acampados. A Prefeitura

de Conceição de Macabu era vista pelos acampados e militantes como aliada política.

No entanto, dependendo dos grupos políticos envolvidos em cada disputa específica, a Prefeitura ora apoiou os acampados, ora se manteve distante das disputas que os envolviam. Por exemplo, a partir do momento que o grupo ocupou a Fazenda Progresso, cujo dono era mais influente no município vizinho de Quissamã, a Prefeitura interveio a favor dos acampados quando eles foram ameaçados de despejo. Quando a disputa envolveu a Fazenda Amazonas, cuja proprietária era uma influente vereadora do município, recém-eleita na mesma coligação política do prefeito (PSB–PSDB), a Prefeitura omitiu-se, alegando que os acampados estavam sob a jurisdição da Prefeitura de Santa Maria Madalena. Em 2003, a partir do rompimento do prefeito com a referida vereadora – a qual então estava lançando seu marido como candidato à sucessão do prefeito –, os resultados de uma ocupação à Fazenda Amazonas seriam outros, segundo observou um funcionário da Prefeitura.<sup>15</sup>

Conforme relatado anteriormente, outro ator que disputou espaços nesse campo político foi Azulzinho – o primeiro militante que chegou do Sul do país para organizar o MST no Rio de Janeiro –, atualmente desligado do Movimento. Na época ligado ao Iterj (Instituto de Terras do Rio de Janeiro) – órgão da esfera estadual de governo –, ele visitou o acampamento para convocar famílias para participar de um projeto de assentamento pelo sistema de compra de propriedades financiada pelo Banco da Terra. Tratava-se de uma fazenda em Santa Maria Madalena (Fazenda Boavista), município onde as famílias estavam acampadas naquele momento (meados de 2001, Fazenda Amazonas). Segundo militantes do MST, Azulzinho esteve no acampamento algumas vezes para falar do projeto aos acampados. Sete famílias deixaram o acampamento para participar do projeto. Azulzinho foi considerado na época um traidor pelos militantes do MST–RJ devido ao seu ingresso no Iterj e a sua participação nos projetos financiados pelo Banco

15 A propósito desse tema, ver um estudo comparativo sobre quatro assentamentos no estado do Rio de Janeiro, no qual se discorre sobre o assentamento São Domingos e a importância relativa que as prefeituras vêm assumindo nos conflitos agrários (MEDEIROS et al., 2002).

da Terra, aos quais o MST fazia oposição. “Onde já se viu, um militante formado pelo Movimento se prestar a esse papel”, reclamou um militante, quando me relatava sobre as visitas de Azulzinho ao acampamento para cooptar os acampados. Outro, certa vez, afirmou que a interferência de Azulzinho teria sido extremamente prejudicial ao trabalho de mobilização de famílias que naquela época estava sendo realizado com o objetivo de reforçar o acampamento Zé Pureza. Além de retirar famílias do acampamento, foi atribuída a Azulzinho a responsabilidade pela desistência de famílias que retornariam ou ingressariam no acampamento, já que estas teriam optado pela proposta desse outro mediador.

Na disputa que travou com o MST–RJ pelo controle do grupo, Azulzinho, embora com uma atuação muito mais pontual que a de Frederico, parece ter trazido maiores prejuízos à hegemonia do MST–RJ. Pode-se afirmar que ambos se aproveitaram de situações difíceis para o MST–RJ como organizador do grupo. Azulzinho chegou num momento em que várias famílias deixavam o acampamento em decorrência do laudo de vistoria que considerou a Fazenda Amazonas produtiva, enquanto Frederico manifestou interesse em coordenar as ações num momento que o acampamento estava sem coordenador. Mas, sem dúvida, pelos recursos de poder que detinha – dentre os quais o principal era terra para distribuir entre os acampados –, Azulzinho foi mais efetivo em suas ações no acampamento.

Além do promotor público Carlos, do grupo ligado ao prefeito (no qual estão incluídos Frederico e o procurador João) e de Azulzinho, ainda se podem destacar como personagens locais relevantes os representantes do Judiciário (os oficiais de justiça Anete e Manoel e o juiz daquela comarca) e o major Lupércio, comandante do batalhão da Polícia Militar de Macaé, mais de uma vez convocado para executar ações de despejo na região.

A trajetória do major Lupércio é semelhante à do promotor Carlos, no que se refere à preferência de fixar-se em cidades médias como Cabo Frio, por ele considerada “mais tranquila”. Quando o

entrevistei, Lupércio exaltou as facilidades de morar próximo ao local de trabalho (Macaé), o fato de estar há oito anos lotado num mesmo batalhão da Polícia Militar e, por isso, conhecer muito bem todos os seus colegas de trabalho. Sua atuação foi bastante diferente daquela que poderia ser esperada de um militar. Em vez de limitar-se a executar as ordens de despejo (o que, como sabemos, muitas vezes ocorre de modo truculento), Lupércio funcionou como mediador entre os acampados e o Judiciário. Em pelo menos um episódio, no qual os acampados teriam que ser despejados da Fazenda Progresso, ao retardar a execução de uma ordem de despejo, sua atuação foi decisiva para que essa decisão judicial fosse revista, evitando o confronto anunciado entre policiais e acampados.

Em relação aos representantes do Judiciário local, observamos grande rotatividade no cargo de juiz da comarca. Segundo explicou um deles, assim que iniciam na carreira, os jovens juízes que ficam nas últimas colocações nos concursos são alocados em cidades do interior. Na medida em que surgem oportunidades em cidades maiores, esses juízes pedem transferência, aumentando a rotatividade nessas comarcas consideradas menos atraentes. Durante os dois anos de pesquisa de campo, houve pelo menos três substituições de juízes da comarca local.

Vale ressaltar que nas cidades pequenas existe uma maior aproximação entre as autoridades locais e a população do que nas cidades médias e grandes. Trabalhos como o de Kuschnir (2000) apontam para o fato de que nos pequenos centros o contato dos habitantes com seus vereadores, secretários de governo e prefeitos tende a ser cotidiano. No caso estudado, observou-se como os políticos locais exerceram forte influência nas disputas agrárias, constituindo referências sociais importantes para os acampados e instituições envolvidas.<sup>16</sup>

Assim como verificamos nos períodos anteriores à década de 1990 no estado do Rio de Janeiro, vimos como a disputa pelas prerrogativas de organização dos acampados foi intensa no período estudado. Pode-se concluir que as posições ocupadas

16 O trabalho de Rosa (2000) é exemplar nesse sentido. Ao analisar as disputas de poder entre grupos de um assentamento no Rio Grande do Sul, o autor mostra como os políticos locais, pela prerrogativa que detêm de mobilizar recursos públicos, exerceram influência política nesses grupos.

por cada representante (indivíduo ou instituição) nesse campo são extremamente fluidas, com constantes alterações na correlação de forças entre os mesmos. Em alguns casos, fica difícil identificar as vinculações ideológicas de cada mediador, já que estes pertencem simultaneamente a diferentes grupos em disputa. Pode-se citar o caso de Frederico, que pode ser reconhecido tanto como membro do MST-RJ, quanto como um político local. Ou o caso do prefeito Clóvis, um grande proprietário, político e reconhecido como aliado dos sem-terra. Mesmo considerada pelos acampados como aliada, a Prefeitura mostrou posicionamento ambíguo em relação aos conflitos envolvendo o acampamento Zé Pureza. Se as ações de assistência social aos acampados sempre foram colocadas em evidência, o apoio aos fazendeiros foi discreto, verificado mais pela omissão em momentos que a Prefeitura poderia exercer influência do que propriamente por ações diretas. Em última instância, pode-se afirmar que a Prefeitura, ao escolher os grupos locais aos quais ofereceu seu apoio político, exerceu influência na determinação das áreas específicas que poderiam vir a ser objeto da reforma agrária por parte do Incra.

Pude também concluir que a atuação das instituições nos conflitos agrários da atualidade não podem ser avaliadas segundo os papéis que tradicionalmente lhes são reservados. De acordo com a situação específica e os atores nela envolvidos, a atuação política pode ganhar contornos inesperados, com a inversão de papéis e a atribuição de novas identidades sociais (como a de “mediador” por parte do major Lupércio, por exemplo) aos atores envolvidos.

## **OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS**

O primeiro sindicato de empregados rurais do Brasil foi fundado em Campos, em 1938, por Antônio João de Faria, antes da organização das associações de trabalhadores rurais na Baixada Fluminense. O modo como o espaço rural esteve distribuído

17 Vimos como a história recente da Baixada Fluminense está marcada por conflitos entre *grileiros* e *posseiros*, estes últimos empenhados em criar ou aliar-se a instituições que os representassem em suas reivindicações pela terra. Nesse contexto, o discurso da “reforma agrária” sempre encontrou eco. No Nordeste, onde prevaleceu a grande propriedade e o sistema de *morada*, segundo o qual o proprietário oferecia proteção social aos moradores em troca de, dentre outras coisas, auxílio para o controle dos acessos à sua propriedade, o discurso da “reforma agrária” só encontrou repercussão na medida em que esse sistema começou a ser desmontado, abrindo espaços para a formação das ligas camponesas a partir de meados da década de 1950 [sobre o sistema de *morada*, ver Palmeira (1978); a propósito da decadência desse sistema, ver Sigaud (1979); sobre as ligas camponesas, ver Julião (1962)]. Na Baixada Campista, até a década de 1990, esse discurso não encontrou a mesma repercussão que nos outros dois contextos citados. Ali, as principais disputas ocorreram entre os fornecedores (pequenos e médios produtores de cana de açúcar) e os usineiros (grandes produtores e processadores do produto). As reivindicações dos trabalhadores rurais sempre estiveram mais voltadas para melhores condições de produção, financiamento e comercialização do que para a obtenção de terras. É preciso registrar, como exceção, uma ocupação de terras em Campos no ano de 1963. Foi a ocupação do *Imbé*, coordenada por José Pureza, justificada por ele pela falta de representatividade do sindicato local com os que reivindicavam terras (ver PUREZA, 1982).

ao longo da história da Baixada Campista, com a intensa ocupação do território e coexistência entre a pequena, a média e a grande propriedade, favoreceu a conformação de um contexto político diferenciado em relação a outras situações no estado do Rio de Janeiro e mesmo em relação a outros estados onde predominou a economia canavieira. Em Campos, não houve espaços políticos para a propagação de discursos em prol de uma melhor distribuição da propriedade rural que resultassem em ações reivindicatórias. Observa-se como as ações por reforma agrária no Rio de Janeiro partiram de organizações da Baixada Fluminense para, só recentemente, chegar ao norte do estado.<sup>17</sup>

O contexto no qual o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu esteve inserido nas últimas décadas era bastante semelhante ao do Sindicato de Campos. Na verdade, o próprio processo de formação do primeiro esteve decisivamente influenciado pelo segundo. Proibidos de fazer reuniões nas lavouras de cana, os funcionários da Usina Victor Sense passaram a reunir-se no Sindicato de Campos, onde receberam orientações para a fundação de seu próprio sindicato, o que veio a acontecer oficialmente em 16 de abril de 1969, com a obtenção da carta sindical. Tomando como espelho o Sindicato de Campos e com a Usina Victor Sense operando a pleno vapor, o Sindicato de Conceição de Macabu, até o início da década de 1990, esteve orientado à negociação dos direitos trabalhistas dos empregados da usina. Assim como a maioria dos sindicatos rurais no Brasil, esse órgão ofereceu como principal atrativo aos seus associados alguns serviços de assistência social, como médico e dentista.

Durante 18 anos, o sindicato esteve presidido por uma mesma pessoa. No final da década de 1980, emergiu um grupo disposto a lançar uma chapa de oposição. Esse grupo acusava os membros da diretoria em exercício de atenderem aos interesses do dono da usina nas negociações salariais. Mesmo anistiando cerca de 200 trabalhadores que não estavam em dia com a taxa sindical, a chapa da situação foi derrotada. Apoiado pelo Sindicato dos Petroleiros, pela CUT, pela CPT e

pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes, Joaquim Capixaba, filho de um dos fundadores do sindicato e um dos líderes do grupo de oposição, assumiu a presidência em 1991. As instituições citadas que apoiaram a eleição de Joaquim ajudaram também na reorganização do sindicato, o qual teria sido encontrado inteiramente falido e com um pequeno número de contribuintes.<sup>18</sup>

No final do ano seguinte, em 1992, a Usina Victor Sense fechou suas portas. A partir de então, assim como aconteceu com diversos outros sindicatos da região canavieira do norte fluminense, inclusive o de Campos, o de Conceição de Macabu perdeu a sua importância no cenário político do município. O sindicato, que chegou a ter 3.187 trabalhadores inscritos, hoje conta com cerca de 70 filiados, e somente 19 estão com seus pagamentos em dia.<sup>19</sup>

Pode-se perceber a existência de descontinuidades significativas nas composições e formas de atuação dos sindicatos rurais da região canavieira fluminense em relação aos períodos anteriores à década de 1990. Questionado pela origem das recentes adesões ao Sindicato de Campos, um dos seus dirigentes revelou que a maioria delas advém dos novos assentamentos da região. Se até então os sindicatos da região eram compostos por “trabalhadores das usinas”, agora parte significativa de seus membros tem a identidade de “assentados”. O próprio presidente do Sindicato de Campos é um assentado. Vejamos como esse mesmo dirigente se posiciona quando indagado sobre como ele vê a falência das usinas da região:

É pelo um lado eu vejo assim a questão, no momento não é, quando acontece da usina falir a questão do desemprego. Os trabalhadores muitas das vezes ficam preocupados, porque está gerando desemprego na região. Mas por outro lado têm uma saída, que foi um exemplo de Novo Horizonte, que só tem essa saída quando acontece a falência, é a reforma agrária. Por que a reforma agrária? Novo Horizonte tanto

<sup>18</sup> No final daquele ano, Joaquim comandou a primeira e única greve dos trabalhadores da Usina Victor Sense. Durante o período que realizei a pesquisa de campo, essa greve foi citada por diversas pessoas que moravam em Conceição de Macabu na época. Diante da recusa do administrador da usina em negociar o dissídio coletivo, os trabalhadores enfileiraram os caminhões carregados de cana na porta da usina, impedindo seu descarregamento e o acesso ao interior da usina. O sindicato conseguiu reunir cerca de 2 mil trabalhadores na porta da usina. O administrador, por meio de um comandante da polícia militar que mediava as negociações, alegou que dentro da usina havia 300 funcionários dispostos a trabalhar e que a negociação só seria iniciada com a retirada dos caminhões. Joaquim recusou-se a retirar os caminhões. Durante as cerca de sete noites de greve, os trabalhadores organizaram festas, regadas a aguardente e muito forró, enquanto a cana colhida apodrecia nos caminhões. Diante da insistência dos grevistas, o administrador da usina cedeu e dispôs-se a negociar o dissídio coletivo. As informações contidas nesta nota e nos dois primeiros parágrafos desta seção foram obtidas em entrevista com Joaquim Capixaba.

19 Em relação ao Sindicato de Campos, segundo um dos seus dirigentes, num universo de 18 mil trabalhadores inscritos, somente 300 contribuem atualmente. Isso é resultado do esforço da direção atual, já que, quando sua gestão iniciou, o sindicato contava com apenas 100 contribuintes.

deu certo no município de Campos, que hoje não é só Novo Horizonte é um assentamento, nós temos a Usina São João, que é o assentamento do Zumbi dos Palmares; tem 503 famílias assentadas. Nós temos aqui a Baixa Grande, que é a Cambaíba, não é; região ali tem 60 e poucas famílias também assentadas!

O discurso desse dirigente evidenciou uma das contradições vividas atualmente pelos sindicatos da região. Se, por um lado, a falência das usinas vem significando desemprego e, portanto, a redução do número de trabalhadores sindicalizados, por outro vem gerar um novo grupo social – os assentados – com condições de tornar-se contribuinte dos sindicatos. Como já se constatou, o Sindicato de Campos manteve-se isolado dos conflitos por terra até alguns anos atrás, mas agora, num contexto de falência das usinas, podemos perceber uma aproximação em relação a essas questões. Isso sugere mudanças na forma de agir dos sindicatos da região canavieira fluminense.<sup>20</sup> Pode-se considerar que a participação do Sindicato de Campos nas principais ações de reforma agrária – refiro-me principalmente às ocupações de terra – ainda é tímida, quando comparada aos sindicatos pernambucanos e mesmo a outros grupos sindicais do estado do Rio de Janeiro, que também já organizam ocupações. Vejamos o que um dirigente responde, quando questionado sobre a participação do Sindicato de Campos nos processos de reforma agrária:

O sindicato sempre está participando, sabe. Só que a gente não pode muito se expor. Você sabe que o sindicato é muito visado, não é, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ainda mais o sindicato nosso aqui. Eu falo nosso não é, porque, como se diz, a nossa casa não é, que eu falo para os trabalhadores: vem para a sua casa discutir os seus interesses. É [...] a gente é muito visado, mas a gente está sempre dando as dicas, para o MST, para o Incra, entendeu. Dando o passo para acontecer a desapropriação juntos.

20 As pesquisas sobre os acampamentos coordenadas por Sigaud, em Pernambuco, são pioneiras na indicação dessa mudança de comportamento por parte dos sindicatos que, naquele estado, disputam com o MST a prerrogativa de organizar os acampamentos (2001).

Em seu depoimento, tal dirigente reivindicou para seu sindicato a função de “abrigar seus filhos” (“vem para sua casa”). Indicou também uma participação comedida do Sindicato de Campos em relação às ações de “reforma agrária”. Percebi indícios de que essa participação seria mais “camuflada” do que comedida. Durante a entrevista com esse dirigente, ele revelou que o sindicato vem auxiliando na mobilização para as ocupações, fornecendo apoio logístico e indicando propriedades improdutivas passíveis de serem ocupadas, preocupando-se em não divulgar essas novas ações, pois isso poderia criar problemas com os usineiros/proprietários (“nós somos muito visados”). É também significativo o fato de o escritório do MST em Campos funcionar no mesmo prédio do sindicato.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição de Macabu estaria inserido nesse contexto, mas passava por uma situação específica que propiciou, quando comparado ao Sindicato de Campos, uma relação diferente com os outros tipos de mediadores. Se no município de Campos ainda existiam três usinas em funcionamento, o que tornava o sindicato local “muito visado”, em Conceição de Macabu, a única usina que existia havia falido no início da década de 1990 (Usina Victor Sense). Com isso, o número de contribuintes do sindicato desse município passou a ser insignificante.

Esse estado de coisas favoreceu uma participação mais ativa do Sindicato de Conceição de Macabu. Esse sindicato sofria a influência de diversos proprietários de terra e capital, em vez de relacionar-se com um único proprietário que acumulava todas os recursos de poder no município, como era o caso do Sindicato de Campos. Mas, por outro, devido a sua falta de representatividade com os trabalhadores, o Sindicato de Conceição de Macabu não atraía outros mediadores (principalmente o MST) como aliados. Um dirigente do Sindicato de Conceição de Macabu, no final da entrevista, expressou seu ressentimento em relação ao MST:

Outra coisa, todo esse negócio de ocupação de terra, fora daqui sempre os sindicatos participam. Aqui não sei o que que tem, que todo assentamento, sindicato, quando vai participar, já quando está no sufoco que eles chamam. Mas sempre o MST fez a reunião, mas nunca convocou o sindicato. Eu mesmo como presidente do sindicato hoje, que fui tesoureiro quatro mandatos, e faço parte até dessa reunião aqui, mas não foi como sindicato, eu fui como particular. Porque eles não foram lá no sindicato falar: “O Flavinho, hoje é você que é o presidente”; que na época que começou eu já era presidente, que eu vou fazer três anos de mandato como presidente.

Desde a falência da usina, o dirigente havia participado de quatro acampamentos, mas, conforme ele mesmo disse, sempre como “particular”. Mais do que participar como acampado, ele atuou ativamente na mobilização para a ocupação da Fazenda Sertão e cedeu um andar da sua casa para o MST sediar uma secretaria e fazer *reuniões de frente de massa*. Ele advogou a importância da participação dos sindicatos, que seriam “a força total, a fonte toda dos trabalhadores”. Alegou que o assentamento Capelinha, primeira e única conquista do MST no município, só teve sua situação jurídica resolvida rapidamente devido ao aval do sindicato, o qual só teria sido chamado depois que eles (MST) estavam “no sufoco”. Os *militantes* sempre foram evasivos nas respostas às perguntas que formulei sobre a participação do sindicato local. Pareciam constrangidos em explicitar a perda de importância dessa instituição no jogo de forças políticas locais.

Portanto, se o Sindicato de Campos, por manter alguns recursos de poder, vem conseguindo exercer influência política ao renovar seus modos de ação, o Sindicato de Conceição de Macabu, mesmo disponível para uma atuação efetiva, vem ocupando uma posição inferior na correlação de forças envolvidas nas disputas agrárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste artigo indicaram a complexidade dos conflitos agrários no norte fluminense. Vale destacar que analisei apenas as principais instituições envolvidas nesse caso específico, restringindo-me no nível local e dando menor atenção a outras que poderiam também ser objeto de estudos, como alguns órgãos técnicos estaduais (Iterj e Emater, por exemplo), os órgãos de representação dos proprietários de terra (Federação dos Agricultores do Estado do Rio de Janeiro – Faerj) e o próprio aparelho judiciário. Não obstante, as análises permitiram formular algumas conclusões preliminares sobre a dinâmica de representação do campesinato no Rio de Janeiro. Essas conclusões podem servir de hipóteses para outras etnografias que venham a contribuir para a compreensão dessa dinâmica.

Uma dessas conclusões é que toda a história dos conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro é marcada por disputas entre grupos que pleiteiam o direito de mediar as relações entre famílias que reivindicam parcelas de terra e o Estado. Desde os tempos de Zé Pureza, na década de 1950, até hoje, por meio do estudo de um grupo que prestou uma homenagem a essa antiga liderança, percebi que as disputas por terra são também as disputas pela organização dos trabalhadores. Observou-se como, ao longo desses últimos 50 anos, mudaram as relações entre representantes e seus representados. Se, por um lado, o processo de democratização em curso vem fornecendo maior legitimidade institucional à representação política, por outro, o crescimento e a multiplicação dos representantes trazem novos problemas, como as contradições geradas a partir da diversidade de práticas administrativas adotadas dentro de um mesmo grupo, acirrando ainda mais as disputas internas e entre os grupos.

Além disso, a diversidade de mediadores em disputa e a multiplicidade de configurações políticas que o jogo dos conflitos agrários pode proporcionar impedem a realização de qualquer tipo de análise baseada em papéis esperados, o

que já apontava Sigaud no final dos anos 1980 (SIGAUD, 1989, p. 177-178). Não só não podemos determinar *a priori* as posições a serem ocupadas por cada instituição, como não podemos antecipar resultados a partir das posições ocupadas, pois o jogo agrário é marcado pela utilização de táticas (mudanças de rumo no curto prazo) que podem inverter de modo radical a direção e o tempo de cada disputa. Mesmo que as pressões políticas exercidas pelas organizações que representam os trabalhadores sejam fundamentais para catalisar as ações estatais, estas por si só não garantem o atendimento das reivindicações formuladas. Os tempos e espaços ocupados pelos acampamentos refletem e ao mesmo tempo são resultados dos tempos e espaços ocupados pelas instituições. Esses pares de relações (tempo–espaço e micro–macro) se modificam rapidamente no jogo dos conflitos agrários do norte fluminense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. 2003. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, Cadernos do Povo Brasileiro, n. 1.
- KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MACEDO, Marcelo Hernandez. *Zé Pureza – Etnografia de um acampamento no norte fluminense*. 2003. Tese (Doutorado) – PPCIS/Uerj, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Leonilde S. et al. Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do estado do Rio de Janeiro. In: COSTA, Luiz Flávio C.; MOREIRA, Roberto José (Org.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 179-204.

MENEZES, Heloísa R. G. de. *Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana*. 1991. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

NOVICKI, Victor Araújo. *O estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na “plantation” tradicional*. Paris: XLIIème Congrès International des Américanistes, Société des Américanistes/Musée de l’Homme, 1978.

PUREZA, José. Memória camponesa. In: O’DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

ROSA, Marcelo Carvalho. *O sem-terra partido ao meio: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre-RS*. 2000. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos – Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

\_\_\_\_\_. A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1989, p. 163-179.

\_\_\_\_\_. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.

SIGAUD, Lygia et al. Histoires de campments. *Cahiers du Brasil Contemporain*, Paris, n. 43/44, p. 31-70, 2001.

---

MARCELO ERNANDEZ MACEDO é doutor em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do PPCIS-Uerj), professor adjunto da Faculdade de Administração e Finanças da Uerj (FAF-Uerj), pesquisador associado do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ), pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia do Museu Nacional (Nucec-UFRJ), <marcelo.ernandez@gmail.com>.